

EULER HERMES SEGUROS S.A.

CNPJ 04.573.811/0001-32



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Euler Hermes Seguros S.A. (“Seguradora”), uma subsidiária integral do Grupo Allianz desde 2018, é a Seguradora especializada na comercialização de Seguros de Crédito e de Garantia no mercado brasileiro, utilizando a marca “Allianz Trade”. A Euler Hermes Seguros S.A. no cumprimento das prescrições legais, apresenta as suas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, pareceres dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria. **Conjuntura Econômica:** A economia brasileira manteve desempenho positivo em 2025, impulsionada principalmente pelo setor agropecuário, que registrou crescimento expressivo devido à safra recorde de grãos. Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,4% no acumulado do ano até o terceiro trimestre, em comparação com igual período de 2024. O consumo das famílias mostrou recuperação, favorecido pela melhora da renda real e maior oferta de crédito, apesar do ambiente de juros elevados. A expectativa é que o PIB feche 2025 com um crescimento de aproximadamente 2,3%. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE (IPCA - IBGE) registrou alta acumulada de 4,26% nos 12 meses de 2025. Esse resultado demonstra uma desaceleração em relação ao ano anterior (4,83% em 2024), ficando dentro do teto da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Nesse contexto, na sua última reunião realizada em janeiro de 2026, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a taxa básica de juros em 15,00% a.a. afirmando que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para perto da meta estabelecida. Entretanto, o Copom sinalizou que poderá iniciar a flexibilização da política monetária na próxima reunião, caso o cenário esperado se confirme. De acordo com as projeções mais recentes da Confederação Nacional das Seguradoras (Cnseg), o mercado segurador brasileiro, desconsiderando o segmento de previdência complementar aberta, deve crescer 8,5% em 2025 e 8% em 2026. A Cnseg destacou o potencial de crescimento do seguro Garantia, que é essencial em obras públicas, concessões, licitações e contratos fiscais. Segundo a Cnseg, o produto deve crescer 12,1% em 2026, impulsionado pelos aumentos esperados na demanda por Garantia Judicial, pela entrada em vigor da nova Lei de Seguros, pela Reforma Tributária do Consumo e pelo investimento total de R\$ 1,7 trilhão previsto no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). **Desempenho Operacional:** Em 2025 a Euler Hermes Seguros S.A apresentou crescimento de 3% nos prêmios emitidos líquidos (R\$317,4 milhões em 2025 ante R\$308,1 milhões em 2024) e de 16% nos prêmios ganhos (R\$290 milhões em 2025 ante R\$249 milhões em 2024), refletindo a estratégia de crescimento e incremento de receitas. Destaca-se a redução de 28% nos sinistros ocorridos, o que contribuiu para a melhora do índice de sinistralidade (34% em 2025 ante 55% em 2024), com indenizações totalizando R\$98,6 milhões. Esse desempenho evidencia a eficácia das políticas de

subscrição e gestão de riscos adotadas ao longo do período. Os custos de aquisição mantiveram-se relativamente estáveis em cerca de 13% no período quando comparados ao ano anterior. O índice de despesas administrativas, incluindo despesas com tributos, subiu cerca de 2,7% em relação ao período anterior. O aumento de despesas foi parcialmente absorvido pela melhoria de 42% nas receitas financeiras (R\$30,5 milhões em 2025 ante R\$21,5 milhões em 2024). Apesar do avanço nas receitas e da melhora na qualidade da carteira, o resultado operacional apresentou retração de 15% em comparação a 2024 (R\$21,6 milhões em 2025 versus R\$25,3 milhões em 2024). Esse desempenho foi impactado, principalmente, pelo resultado com resseguro (R\$91,5 milhões em 2025 ante R\$24,3 milhões em 2024). O índice combinado atingiu 103%, acima dos 98% registrado no ano de 2024, fechando com o lucro líquido em R\$12,8 milhões (R\$15,5 milhões em 2024). A Euler Hermes Seguros S.A. segue comprometida com a disciplina técnica e a busca por eficiência operacional, mantendo o foco na sustentabilidade e na lucratividade das operações. A gestão criteriosa dos negócios reforça a solidez da estratégia adotada e a capacidade de adaptação frente aos desafios do mercado. A Seguradora apresenta robusto índice de solvência que atingiu 276% em dezembro de 2025 (253% em 2024). **Perspectivas:** A Euler Hermes Seguros S.A., sob a marca Allianz Trade, é líder global em seguro de crédito e especialista reconhecida na área de seguro garantia. A Seguradora permanece focada em sua estratégia de crescimento e desenvolvimento no mercado segurador brasileiro, oferecendo novas soluções ao setor por meio de produtos e iniciativas digitais, bem como buscando maior proximidade com clientes e corretores. **Apoio às Obras Sociais:** Como parte integrante dos negócios do Grupo Allianz no Brasil, a Seguradora e seus colaboradores apoiam a ABA - Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz. A entidade tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social na comunidade Santa Rita, zona leste de São Paulo, cumprindo um importante papel na sociedade. Essa iniciativa completou 30 anos em 2024 e já atendeu mais de 9.000 pessoas. **Política de Equidade:** Em conformidade com o art. 133, §6º, da Lei nº 6.404/1976, a Euler Hermes Seguros S.A. apresenta as informações referentes à política de equidade de gênero adotada pela companhia. A administração reafirma seu compromisso com práticas de inclusão e diversidade, que já posicionam a organização em um patamar historicamente elevado de representatividade feminina em seus quadros. **I - Participação feminina por níveis hierárquicos:** A companhia manteve índices consistentes de participação feminina: • 2024: 65% das posições Executive e 61% das posições Non Executive (total: 62%). • 2025: 50% das posições Executive e 62% das posições Non Executive (total: 59%). Esses percentuais refletem uma estrutura já consolidada em diversidade, com presença equilibrada de mulheres em diferentes níveis organizacionais. **II - Participação feminina na Administração e diretoria:** A

Companhia contou, em ambos os exercícios, com 40% de participação feminina, reforçando a presença de mulheres em instâncias de liderança e governança. **III - Remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo:** Os dados demonstram equilíbrio remuneratório entre mulheres e homens em funções equivalentes.

2024 - Euler Hermes Seguros S.A.				2025 - Euler Hermes Seguros S.A.			
Gênero	Função	Rem. Fixa (R\$ mil)	Variável/Eventual (R\$ mil)	Gênero	Função	Rem. Fixa (R\$ mil)	Variável/Eventual (R\$ mil)
Mulheres	Executive	3.294	647	Mulheres	Executive	2.486	435
	Non				Non		
Mulheres	Executive	4.704	186	Mulheres	Executive	6.272	240
Homens	Executive	3.109	515	Homens	Executive	3.602	383
	Non				Non		
Homens	Executive	2.553	94	Homens	Executive	4.099	92

As diferenças entre os valores totais refletem a distribuição de profissionais entre os níveis hierárquicos, e não discrepâncias entre gêneros para funções equivalentes. **IV - Evolução dos indicadores (2024-2025):** Os indicadores apresentam estabilidade, reforçando que a companhia já operava em um ambiente de alta diversidade, com equilíbrio entre os gêneros e práticas remuneratórias compatíveis com a política de equidade vigente. A administração permanece comprometida em promover um ambiente diverso, justo e alinhado às melhores práticas de governança corporativa, assegurando o monitoramento contínuo dos indicadores exigidos pela legislação. **Destinação dos Lucros Acumulados:** A destinação do lucro apurado no exercício social é proposta pela Administração por ocasião das demonstrações financeiras. Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Euler Hermes Seguros S.A., o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das S/A. Com base no lucro apurado no exercício de 2025, a Administração propôs o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$3.048 mil (3.693 mil em 2024) e também o pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$6.704 mil (zero em 2024) totalizando o montante de R\$9.752 mil a ser distribuído. Adicionalmente, R\$641 mil (R\$777 mil em 2024) foram destinados à composição da Reserva Legal. **Agradecimentos:** Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos agradecimentos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e às demais autoridades do setor, pelo apoio e orientações recebidas. Agradecemos também aos nossos acionistas, clientes, parceiros comerciais e, principalmente, aos nossos colaboradores pelo comprometimento e entrega superior que mantêm a Euler Hermes Seguros S.A. em constante evolução.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)					
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Disponível			Contas a pagar		
Caixa e bancos			Obrigações a pagar		
Aplicações			Impostos e encargos sociais a recolher		
Créditos das operações com seguros e resseguros			Encargos trabalhistas		
Prêmios a receber			Impostos e contribuições		
Operações com seguradoras			Débitos de operações com seguros e resseguros		
Operações com resseguradoras			Prêmios a restituir		
Outros créditos operacionais			Operações com seguradoras		
Ativos de resseguro - provisões técnicas			Operações com resseguradoras		
Títulos e créditos a receber			Corretores de seguros		
Títulos e créditos a receber			Depósitos de terceiros		
Créditos tributários e previdenciários			Provisões técnicas - seguros		
Outros créditos			Danos		
Outros valores e bens			Outros débitos		
Despesas antecipadas			Obrigações Fiscais		
Custos de aquisição diferidos			Arrendamentos		
Seguros			Passivo não circulante		
Ativo não circulante			Contas a pagar		
Realizável a longo prazo			Tributos diferidos		
Aplicações			Obrigações a pagar		
Créditos das operações com seguros e resseguros			Débitos de operações com seguros e resseguros		
Prêmios a receber			Operações com seguradoras		
Operações com seguradoras			Operações com resseguradoras		
Ativos de resseguro - provisões técnicas			Corretores de seguros		
Títulos e créditos a receber			Provisões técnicas - seguros		
Créditos tributários e previdenciários			Danos		
Outros valores e bens			Outros débitos		
Custos de aquisição diferidos			Arrendamentos		
Seguros			Patrimônio líquido		
Imobilizado			Capital social		
Bens móveis			Reservas de Lucros		
Intangível			Ajustes com títulos e valores mobiliários		
Sistemas em desenvolvimento			Total do passivo e patrimônio líquido		
Total do ativo					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS					DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)					EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)				

continuação

abrangidos pelo referido contrato de resseguro. As operações contratadas, cujo período de risco está em curso, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes mas não emitidos), são registradas por estimativa e segundo critérios descritos no item (i) abaixo: **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa e em contas correntes. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo. São monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica “Caixa e bancos”. **(c) Instrumentos financeiros:** Compreendem, principalmente, aplicações financeiras e créditos das operações com seguros, cosseguros e resseguros. De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, adotado a partir de 1º de janeiro de 2024 conforme determinado pela Circular SUSEP nº 678 de outubro de 2022, as classificações dos ativos compreendem: **Mensurados ao custo amortizado:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Redução ao valor recuperável (RVR):** Os ativos financeiros são avaliados na data do levantamento das demonstrações financeiras visando apurar eventuais evidências objetivas de perdas destes valores. Essas evidências podem estar relacionadas a atrasos de pagamentos por parte de devedores, dúvida razoável de realização de créditos e declínio significativo ou prolongado do valor justo em relação ao valor de custo de um instrumento patrimonial. A reversão dessas reduções ocorrerá caso haja mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor justo de um ativo financeiro. Uma provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída de acordo com política interna revisada com base nas novas determinações legais. O documento estabelece os procedimentos para assegurar o cálculo da provisão para redução do valor recuperável para os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, cuja abrangência compreende os seguros de crédito e garantia. As informações apresentadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as requisições da Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, bem como demais resoluções e/ou circulares suplementares. A provisão é calculada mensalmente, de modo que o saldo contabilizado reflita a real exposição do ativo em questão. Para os ativos financeiros a Companhia constitui a Redução ao Valor Recuperável - RVR que está pautado em política interna e estudo técnico desenvolvido pelo Grupo Allianz de modo a reconhecer, mensalmente, uma perda esperada. As principais premissas adotadas na política e no estudo técnico são: (a) avaliação do risco de crédito baseado no *rating* do papel, disponibilizado por empresa especializada no mercado e (b) taxa de desconto para os fluxos de caixa dos ativos. **(d) Ativos de resseguros e operações com resseguradoras:** Os ativos de resseguros compreendem: (i) prêmios de resseguros diferidos das apólices, líquidos das respectivas comissões, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura ainda não expirou, e incluem variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira e a parcela de resseguro sobre as provisões técnicas constituídas. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado e (ii) parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores. **(e) Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou aplicação e são compostos substancialmente por móveis e utensílios, equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros. As depreciações são calculadas e reconhecidas no resultado pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens, baseado em fatores históricos, parâmetros de mercado e obrigações contratuais. O método para definição da vida útil-econômica de um ativo imobilizado é revisito periodicamente e, caso haja constatação de alterações significativas no prazo estimado, as mesmas são reconhecidas. **(f) Ativo intangível:** Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas computacionais são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado quando ocorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. **(g) Arrendamentos:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. **(h) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240/ano. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é de 15%, conforme Lei 14.183/2021. **(i) Provisões técnicas:** A Companhia constitui suas provisões técnicas em conformidade com as determinações da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores e da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG:** Constituída pelas parcelas de prêmio direto e cosseguro aceito correspondente ao período de risco a decorrer, calculado em bases *pro rata* dia, e inclui estimativa dos riscos vigentes mas não emitidos (RVNE), bem como variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira, decorrente da flutuação da taxa de câmbio entre a data da emissão do risco e a data de levantamento das demonstrações financeiras. A parcela relativa a RVNE é constituída para fazer frente a riscos provenientes de apólices que, por questões operacionais, ainda não foram formalmente emitidas mas já possuem riscos cobertos pela Companhia. A provisão é mensurada com base em método atuarial que visa a construção de triângulos de desenvolvimento de prêmios, entre as datas de início de vigência dos riscos e de emissão da apólice/endosso. Os valores são alocados aos ramos contábeis, conforme critério definido em Nota Técnica Atuarial (NTA). **Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** Constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do levantamento das demonstrações financeiras. Contempla estimativas para demandas judiciais, registradas segundo política interna, que determina a contabilização de um percentual do valor reclamado em razão da expectativa de perda da causa (Provável: 100%; Possível: 50% e Remoto: 0%), suportado pela opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia. Além disso, contempla variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira e considera estimativas para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), apurado pela estimativa da evolução ou desenvolvimento de sinistros avisados e ainda não liquidados, calculado por meio da metodologia de desenvolvimento de sinistros incorridos, utilizando o modelo matemático “triângulo de *run-off*” considerando o período histórico de 24 meses agrupados por trimestres. Os sinistros avisados expostos em moeda estrangeira incluem também a respectiva variação cambial gerada pela flutuação da taxa de câmbio entre a data de registro do sinistro e a data base das demonstrações financeiras. **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados. Abrange também estimativas para IBNER. Para os ramos de crédito, o cálculo é realizado com base no método de desenvolvimento de sinistros incorridos que visa estimar os sinistros finais, ou seja, o total de sinistros esperados para um determinado período de ocorrência. Para o cálculo, utilizamos modelo matemático “triângulo de *run-off*” considerando o período histórico de 72 trimestres. O cálculo para os ramos de garantia leva em consideração o método de sinistralidade inicial esperada e o método de Bornhuetter-Ferguson, obtidos com base em dados de sinistros anuais disponibilizados pela SUSEP para o respectivo ramo, padrão de sinistros incorridos dos ramos de crédito e premissas de sinistralidade utilizadas para precificação contidas em nota técnica de carteira do produto. **Provisão de despesas relacionadas (PDR):** Estabelecida para cobrir despesas esperadas relacionadas a sinistros. Estimada com base na razão histórica entre as despesas diretamente relacionadas aos pagamentos de sinistros e os pagamentos de sinistros líquidos destas despesas para todo o período de experiência disponível. O percentual apurado é aplicado sobre a provisão de sinistros a liquidar e sobre a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR). **Teste de adequação de passivos - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11, na data do levantamento das demonstrações financeiras deve ser elaborado o teste de adequação de passivos para todos os contratos em curso na data da execução do teste. Realizado de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, esse teste visa avaliar a necessidade de eventuais ajustes nas provisões técnicas constituídas nas demonstrações financeiras. Caso haja diferença positiva entre o resultado do TAP e as provisões técnicas constituídas, líquidas dos custos de aquisição diferidos e de ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, tal diferença deverá ser reconhecida nas demonstrações financeiras. A metodologia utilizada compara o valor presente dos passivos atuariais com as provisões técnicas correspondentes a esses passivos para os ramos de crédito interno, crédito à exportação e garantia. Foram adotadas as premissas de sinistros ainda não pagos, sinistros a ocorrer, despesas administrativas, outras receitas e despesas diretamente relacionadas ao contrato, outras receitas e despesas operacionais e ressarcimentos. Os fluxos de caixa em valores nominais foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) definidas pela SUSEP. Quando o indexador da obrigação é o dólar americano, a curva de juros adotada é a cambial. Os resultados dos testes de adequação realizado para as datas-bases de 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024 não apresentaram necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados nas datas-bases. **(j) Provisões judiciais (não relacionadas a sinistros):** São constituídas provisões pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Ações judiciais classificadas como possível, embora não sejam registradas, serão divulgadas nas demonstrações financeiras. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo. As contingências passivas são avaliadas pela Administração de forma individualizada, em conjunto com seus assessores jurídicos externos. **(k) Benefícios aos empregados:** As obrigações com benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas em bases sem desconto e são lançadas como despesa a medida que o serviço inerente ao benefício é prestado. A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores mantido junto à Mapfre Previdência S.A., na modalidade de contribuição definida. O montante reconhecido como despesa nos planos de contribuição definida para funcionários totalizou R\$ 236 (R\$ 402 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. **3.1. Nova norma internacional:** O seguinte normativo já foi divulgado pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), mas ainda não é aplicável para o exercício de 2025, tendo em vista que a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ainda não o recepcionou: **IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro:** O IASB emitiu a IFRS 17, em substituição à IFRS 4 – Contratos de Seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidênciação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm na posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa da entidade. A Companhia está avaliando junto ao Grupo os possíveis impactos em sua operação. **3.2 Normativos relativos a tributos:** Em dezembro de 2023, foi aprovada a Reforma Tributária, através da Emenda Constitucional nº 132/2023. A emenda altera, substancialmente, a atual forma de tributação de bens e serviços, substituindo os atuais tributos indiretos pela sistemática do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na modalidade dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação de um imposto seletivo (IS). A regra entrou em vigor 01/01/26 e terá sua aplicação gradativa no próximos anos, porém, no entanto, ainda estão em andamento discussões e pendência de aprovação de leis complementares. A Companhia participa de discussões e debates sobre a matéria na Comissão de Assuntos Fiscais (CAFIS) na Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg).

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz, estrutura seu gerenciamento de riscos corporativos promovendo e disseminando uma cultura interna voltada à gestão eficiente desses riscos, visando proteger a base de capital do Grupo e identificar riscos potenciais, que auxiliam na gestão estratégica e no suporte à tomada de decisões. O processo de gerenciamento de riscos está fundamentado em uma estrutura de controles internos, auditoria interna e *compliance*, abrangendo todas as áreas e níveis organizacionais. No Brasil, a Companhia atua exclusivamente nos segmentos de seguro de crédito doméstico, seguro de crédito à exportação e seguro garantia, conduzindo sua gestão de riscos com ênfase nas características específicas desses produtos. No contexto de governança corporativa, o gerenciamento de riscos da Companhia está amparado nos seguintes pilares: **(i) estrutura de gestão de riscos:** desenvolvida em conexão com as melhores práticas do Grupo Allianz Trade e em observância aos requisitos exigidos pela Resolução CNSP nº 416/2021. A estrutura é compatível com a natureza, o porte, a complexidade, o perfil de risco e o modelo de negócio da Companhia. Esta estrutura é liderada pela Diretoria de Controles Internos, que compreende as áreas de Controles Internos, Riscos, Compliance e Legal, assegurando independência e integração robusta do sistema de gestão de riscos. Esta estrutura atua como a “segunda linha de defesa”, assegurando a gestão dentro do apetite de riscos definido pela Alta Administração e em conexão com as diretrizes do Grupo Allianz Trade. A estrutura, por meio de um conjunto integrado de metodologias e ferramentas, permite identificar e avaliar eventuais riscos aos quais a Companhia possa estar exposta, especialmente aqueles que possam exceder os níveis de tolerância definidos, além de mapear e definir seu perfil de riscos; **(ii) formalização de políticas internas:** diretrizes que alinham as práticas da Companhia aos processos e procedimentos definidos pelo Grupo, bem como aos requerimentos regulatórios e legais, aplicáveis à sua atividade; **(iii) treinamentos de colaboradores:** iniciativas focadas no engajamento e adesão às práticas corporativas e cumprimentos regulatórios, promovendo a conformidade e a cultura de risco dentro da organização; **(iv) análise e monitoramento contínuo:** revisões constantes das práticas adotadas, visando acompanhar as tendências de mercado e assegurar a efetividade do gerenciamento de riscos e, **(v) constituição de comitês especializados:** estruturas formalizadas com objetivos e responsabilidades claramente definidos, conforme detalhados a seguir: **a) Comitê Executivo Local:** O Comitê Executivo, composto pela Diretoria Estatutária, com participação de convidados fixos, reúne-se semanalmente com o objetivo de acompanhar e deliberar sobre temas estratégicos da operação. Suas atribuições incluem a análise da performance e dos resultados da Companhia, a supervisão do cumprimento das políticas internas e diretrizes do Grupo Allianz Trade, além da definição de ações necessárias para assegurar a conformidade regulatória e a aderência aos processos e controles internos. **b) Comitê de Risco de Crédito:** Com periodicidade mensal, os integrantes do departamento de risco de crédito reúnem-se com os principais executivos da Região Américas para analisar e validar critérios de subscrição de riscos de crédito alinhados às políticas da Companhia. Nesse comitê são discutidos critérios utilizados no estabelecimento de crédito aos compradores apresentados nas apólices de seguros de crédito e garantia, com o objetivo de garantir que tais critérios estejam integralmente alinhados às políticas e diretrizes (*guidelines*) estabelecidas pela Companhia. **c) Comitê Regional - Governança:** O comitê regional abrange temas relacionados a Riscos, *Compliance*, Produtos e Segurança Cibernética. O comitê tem a participação dos principais executivos da região das Américas, além de posições técnicas e estratégicas. O objetivo deste comitê é abordar, discutir e monitorar questões relacionadas à governança, garantindo alinhamento com as diretrizes regulatórias aplicáveis e do Grupo Allianz Trade. Nesse fórum são discutidos resultados, desafios e planejamento, assegurando alinhamento e decisões eficazes

para mitigar riscos que possam impactar a operação da Companhia. **d) Comitê de Sinistros:** O Comitê de Sinistros monitora e analisa os sinistros em andamento, além de supervisionar o progresso das cobranças ativas e avaliar os impactos dessas ocorrências no resultado financeiro da Companhia. O foco principal é discutir tendências de sinistralidade, examinar sinistros que ultrapassem o comportamento esperado e estabelecer estratégias para mitigar riscos de recorrência desses eventos. Com reuniões mensais, o comitê é composto por representantes das áreas de Sinistros, Finanças, Subscrição de Crédito e Atuarial, garantindo uma abordagem multidisciplinar. **e) Comitê Executivo Regional:** Composto por vice-presidentes responsáveis pela região Américas que, em conjunto com a diretoria local, reúnem-se, semestralmente, para discutir estratégias e assuntos relevantes de gerenciamento de riscos do negócio. **Principais riscos monitorados pela Companhia:** **a) Risco de seguro/ subscrição:** Caracterizado pela incerteza do evento de segurado (sinistro) é gerenciado por meio de políticas rigorosas de subscrição comercial e de crédito. Ambas estão amparadas por rígidas estruturas com direcionamento fornecido pelo Grupo Allianz Trade. O Grupo mantém um banco de dados contendo informações de mais de 40 milhões de empresas registradas globalmente que constitui a base para aplicação e cumprimento das políticas de subscrição de riscos. A compilação desses dados fornece uma análise detalhada da situação financeira da empresa analisada e, em conjunto com o cenário macroeconômico do setor de atuação, permite a subscrição de riscos comerciais e de crédito com elevados níveis de segurança. A subscrição comercial é conduzida com base em políticas operacionais e processos baseados em modelos próprios que consideram características específicas dos seguros de crédito e de garantia, além de experiências históricas e premissas atuariais. **Análise de sensibilidade:** avalia os principais impactos que podem ser gerados sobre o resultado e o patrimônio líquido da Companhia em cenários de variações favoráveis ou desfavoráveis em premissas e variáveis observadas nos contratos de seguros e de investimentos da Companhia, considerando a característica e o perfil desses contratos. Testes de sensibilidade requerem avaliações e projeções subjetivas que, mesmo amparadas por dados históricos e de mercado, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste de sensibilidade levou em consideração a realização de estresses nos percentuais de acréscimo ou diminuição na ordem de 25% e 50% sobre os sinistros ocorridos no exercício, com o objetivo de verificar o impacto, líquido de efeitos fiscais, no resultado e no patrimônio líquido da Companhia. Para fins de cálculo, foram excluídos os efeitos do sinistro de grande porte do agropecuário nacional que afetou o resultado de 2024 e o primeiro trimestre de 2025 da Allianz Trade. Esse sinistro é classificado como um evento aleatório atípico em relação ao padrão regular de sinistros registrados nos últimos anos. Consequentemente, seu impacto no cálculo de sensibilidade não refletiria adequadamente a realidade avaliada por meio do teste.

Variável	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
	25%	50%	25%	50%
Sinistros	(14.795)	(29.590)	(3.519)	(7.038)

Política de resseguro: A Companhia tem formalizado uma política de transferência de riscos, conforme previsto pela Resolução CNSP nº 451/2022, em que a cessão de riscos por intermédio de resseguro contempla, substancialmente, os riscos vigentes da carteira de seguro de crédito e garantia da Companhia, que está ressegurada com o ressegurador local Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. (AGCS) por meio de contratos automáticos de quota parte e excesso de danos. O *run off* de negócios emitidos com início de vigência anterior a 30 de junho de 2013 está sob cobertura do IRB Brasil Re S.A.. Os contratos vigentes para os ramos de crédito com a AGCS, definem cessão de 50% para negócios gerados localmente (75% para ano de subscrição 2018 e anteriores) e 50% para negócios globais (95% para o ano de subscrição 2024 e anos anteriores). O contrato automático de excesso de danos visa proteger a exposição da carteira contra eventuais sinistros vultosos, garantindo a cobertura quando a participação proporcional da Companhia sobre uma perda exceder o seu limite de retenção. Os riscos vigentes das apólices do ramo garantia estão ressegurados 60% com o ressegurador eventual Euler Hermes North America Insurance Company e 40% com o ressegurador local AGCS na modalidade quota parte. Os riscos cedidos do ramo garantia podem variar de 90% a 93%, de acordo com faixa do montante de exposição de cada tomador do seguro. Os dados históricos de relacionamento com os resseguradores citados não apresentaram estatística de inadimplência ao longo da vigência dos contratos. Contratos de resseguros e discriminação do ressegurador:

Contratos proporcionais - Quota parte

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria (<i>rating</i>)
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M. Best “A+”
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M. Best “A+”
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Garantia	A. M. Best “A+”
Euler Hermes North America Insurance Company	Eventual	Garantia	S&P “AA”

Contratos não proporcionais - Excesso de danos

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria (<i>rating</i>)	Prioridade	Limite máximo
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M. Best “A+”	R\$ 2.328	R\$ 1.055.360
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M. Best “A+”	R\$ 2.328	R\$ 1.055.360
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Garantia	A. M. Best “A+”	R\$ 2.328	R\$ 1.055.360

Concentração de Riscos: Seguro de Crédito: o risco do seguro de crédito, analisado de maneira pura e conceitual, está localizado na carteira de clientes e na qualidade financeira-econômica da empresa que compra produtos ou serviços (buyer) de uma empresa detentora de apólice de seguro de crédito (segurado). Dessa forma, a carteira de clientes de cada segurado é nomeada pela Companhia e pode conter características específicas quando analisadas sob a ótica de concentração, sendo que, na perspectiva de risco, para os ramos de crédito doméstico e à exportação, o setor de atuação e o país dos compradores são os mais relevantes, respectivamente. Da mesma maneira, o crédito estabelecido para um determinado comprador pode ser dinâmico, sendo ampliado ou reduzido a qualquer momento, a medida que o monitoramento desse risco aponte uma tendência de aumento ou degradação da qualidade financeira-econômica desse comprador e respectivas carteiras de clientes. Para obter uma estimativa da concentração do risco inerente às apólices em curso do seguro de crédito, é apresentado a seguir os quadros com a exposição total dos limites de crédito ativos na data base do encerramento das demonstrações financeiras, segregados (i) pelos principais setores de atuação dos compradores, segundo critérios de classificação do Grupo Allianz Trade, para o ramo de crédito doméstico e (ii) por países, para o ramo de crédito à exportação.

Exposição dos limites de crédito

Crédito doméstico

(Em milhões de reais)

Setor	31/12/2025		31/12/2024	
	Exposição	Representatividade	Exposição	Representatividade
Varejo	16.446	16%	14.615	15%
Alimentos	13.938	13%	13.721	13%
Químico	12.043	12%	12.564	13%
Serviços	11.999	12%	12.561	10%
Metais	10.164	10%	11.007	12%
Automotivo - Fabricantes	5.769	6%	5.326	3%
Máquinas e Equipamentos	5.306	5%	4.743	5%
Construção	3.928	4%	4.376	5%
Energia	3.788	4%	4.543	5%
Comodities	3.620	3%	3.356	3%
Outros (*)	17.307	15%	16.994	16%
	104.308	100%	103.806	100%

(*) Os valores elencados como “Outros”, embora sejam representativos quando comparados ao montante total em exposição, possuem alto grau de pulverização e, assim, se analisados individualmente, não representam mais do que 3% do total do risco subscrito.

Exposição dos limites de crédito

Crédito à exportação

(Em milhões de reais)

Região	31/12/2025		31/12/2024	
	Exposição	Representatividade	Exposição	Representatividade
Américas	6.942	73%	7.316	71%
Europa	1.025	11%	1.395	14%
Ásia/Oceânia	932	10%	937	9%
Oriente Médio	457	4%	467	4%
África	169	2%	183	2%
	9.525	100%	10.298	100%

As informações sobre exposição dos limites de crédito são definidas e divulgadas mensalmente em relatório específico do Grupo Allianz “*Global Risk Reporting*” (GRR). Cabe acrescentar que, de acordo com as características do produto, ainda restam exposições de riscos com características discricionárias subscritas nas apólices, que podem ser alocadas pelos segurados de acordo com sua conveniência e necessidade operacional, desde que observados os limites determinados nos contratos de seguro e a política de subscrição de risco da Companhia. Para essa parcela, inviabiliza-se qualquer monitoramento com vistas à concentração de riscos tratadas anteriormente. **Seguro Garantia:** o risco do seguro garantia está no tomador da apólice, sendo os principais tipos: (i) aquele que contrata cobertura sobre um risco de uma eventual incapacidade financeira de performer determinado contrato de serviço ou (ii) uma obrigação decorrente de uma demanda judicial. Para fins de concentração de risco, a Companhia busca alocar sua exposição em ratings de tomadores de alta qualidade, segundo métricas internas de avaliação de riscos. Na data base do levantamento das demonstrações financeiras, a Companhia possuía R\$ 18,9 bilhões (R\$ 15,8 bilhões em dezembro de 2024) em exposição ativa, sendo 55% alocada em ratings classificados como bom ou ótimo (74% em dezembro 2024) e 45% em ratings classificados como medianos (26% em dezembro 2024). A Administração entende que a concentração de riscos nas resseguradoras Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. e na Euler Hermes North America Insurance Company é mitigada por tratar-se de contraparte com alta qualidade e solidez, rating de crédito A.M. Best “A+” e Fitch “AA”. **b) Risco de crédito:** Trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do descumprimento, por parte do tomador ou da contraparte, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Adicionalmente, inclui-se o risco de desvalorização dos recebíveis em função da redução na classificação de risco atribuída ao tomador ou à contraparte ou seja, refere-se ao risco da contraparte de uma operação financeira desejar não honrar ou sofrer alterações significativas em sua situação patrimonial-financeira que afete a capacidade de cumprir suas obrigações contratuais, podendo gerar algum tipo de perda à Companhia. Na operação de seguro, a exposição ao risco de crédito está atrelada a capacidade de pagamento dos prêmios de seguros por parte dos segurados. Como a Companhia opera somente em ramo de seguro cuja característica é de risco a decorrer, a exposição ao risco de crédito é sensivelmente reduzida, já que a cobertura é fornecida somente mediante pagamento do prêmio de seguro correspondente. Além disso, no processo de subscrição comercial, o proponente é avaliado por meio de pesquisas cadastrais. Devido aos riscos significativos subscritos nas apólices, a Companhia mantém contratos de resseguros que também estão expostos ao risco de crédito. Atualmente, por questões estratégicas, esses contratos são firmados com um único ressegurador local e com um único ressegurador eventual que fazem parte do Grupo Allianz, ressaltando-se que ainda restam exposições vigentes (sinistros a liquidar) relativos ao *run-off* de contratos assinados anteriormente com outro ressegurador local. Para gerenciamento dos riscos inerentes a operação, leva-se em conta a qualidade de crédito da contraparte, o rating atribuído por agências classificadoras de risco e o histórico de perdas no relacionamento. Ainda em relação ao risco de crédito, a Companhia segue política conservadora de investimentos, buscando alocar seus recursos em ativos de alta qualidade. A totalidade dos investimentos está alocada em títulos da dívida pública federal, cujo risco de crédito tende a zero, ou fundos de investimentos DI administrados por bancos de primeira linha, onde a composição da carteira atinge aproximadamente 90% em títulos da dívida pública federal. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, segregada por classe, na data base do levantamento das demonstrações financeiras:

Composição da carteira:	A.M.Best “A+”	A.M.Best“A-”	Rating “BB-”	Sem <i>rating</i>	Saldos em 31/12/2025
Caixa e bancos	-	-	6.937	-	6.937
Títulos públicos (a)	-	-	181.958	-	181.958
Fundos de investimentos (b)	-	-	28.491	-	28.491
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	275.216	275.216
Crédito com seguradoras	-	-	-	1.837	1.837
Crédito com resseguradoras	18.310	-	-	-	18.310
Outros créditos	-	-	-	433	433
	18.310	-	217.386	277.486	513.182

(a) Risco soberano do Tesouro Nacional; (b) Rating de suporte do Governo - site Bradesco.

Composição da carteira:	A.M.Best “A+”	A.M.Best“A-”	Rating “BB-”	Sem <i>rating</i>	Saldos em 31/12/2024
Caixa e bancos	-	-	9.716	-	9.716
Títulos públicos (a)	-	-	100.462	-	100.462
Fundos de investimentos (b)	-	-	73.769	-	73.769
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	260.639	260.639
Crédito com seguradoras	-	-	-	1.443	1.443
Crédito com resseguradoras	65.195	-	-	-	65.195
	65.195	-	183.947	262.082	511.224

(a) Risco soberano do Tesouro Nacional; (b) Rating de suporte do Governo - site Bradesco.

• **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas. • **Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e atualizações posteriores, as Sociedades Supervisionadas devem apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CRA). **c) Risco de mercado:** Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Companhia. Está associado à possibilidade de perda por oscilações de preços e taxas, em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. As atividades da Companhia são estritamente de curto prazo, em que o passivo está atrelado a variações dos índices de inflação. Os investimentos são atrelados, substancialmente, à variação do depósito interfinanceiro (DI), e portanto, a operação não requer modelos sofisticados de gestão de risco de mercado. **Teste de sensibilidade:** O teste aplicado visa capturar efeitos nos investimentos da Companhia, considerando cenários de flutuações

continua

Liquidos de resseguro:															
	Anterior a 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	10.023	2.559	3.244	5.286	3.497	2.623	2.279	8.724	5.168	6.030	22.393	29.070	27.675	41.277	169.849
Um ano após o aviso	10.184	1.913	4.781	6.149	3.658	3.257	2.740	10.206	6.783	7.667	26.634	30.848	25.687	0	140.507
Dois anos após o aviso	10.159	1.913	4.857	6.242	3.558	3.140	2.827	10.232	7.730	7.664	26.747	29.861	0	0	114.931
Três anos após o aviso	10.159	1.909	4.860	6.246	3.929	3.140	2.871	10.232	7.742	7.648	26.699	0	0	0	85.437
Quatro anos após o aviso	10.159	1.922	4.860	6.252	3.929	3.140	2.910	10.289	7.742	7.611	0	0	0	0	58.814
Cinco anos após o aviso	10.159	1.922	4.860	6.253	3.929	3.140	2.923	10.289	7.733	0	0	0	0	0	51.207
Seis anos após o aviso	10.159	1.922	4.860	6.253	3.936	3.140	2.947	10.283	0	0	0	0	0	0	43.501
Sete anos após o aviso	10.178	1.922	4.860	6.253	3.926	3.140	2.972	0	0	0	0	0	0	0	33.251
Oito anos após o aviso	10.180	1.922	4.860	6.213	3.926	3.140	0	0	0	0	0	0	0	0	30.240
Nove anos após o aviso	10.180	1.922	4.860	6.213	3.932	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27.107
Dez anos após o aviso	10.180	1.922	4.860	6.213	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23.175
Onze anos após o aviso	10.180	1.922	4.860	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.962
Doze anos após o aviso	10.180	1.913	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.093
Treze anos ou mais após o aviso	10.218	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.218
Posição em 31/12/2025	10.218	1.913	4.860	6.213	3.932	3.140	2.972	10.283	7.733	7.611	26.699	29.861	25.687	41.277	182.399
Pagamentos acumulados															
No ano do aviso	(9.069)	(195)	(1.448)	(1.447)	(1.867)	(1.505)	(1.116)	(5.548)	(3.847)	(3.746)	(16.589)	(16.865)	(16.535)	(22.807)	(102.585)
Um ano após o aviso	(933)	(1.608)	(2.828)	(4.135)	(1.568)	(1.611)	(1.621)	(4.534)	(2.800)	(3.721)	(9.838)	(14.072)	(6.830)	0	(56.099)
Dois anos após o aviso	(144)	(97)	(581)	(618)	(98)	(23)	0	(61)	(129)	(123)	(312)	(5)	0	0	(2.191)
Três anos após o aviso	0	0	(3)	(4)	(393)	0	(0)	(0)	(18)	(21)	(6)	0	0	0	(445)
Quatro anos após o aviso	0	(13)	0	(6)	0	0	0	(57)	0	(1)	0	0	0	0	(76)
Cinco anos após o aviso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seis anos após o aviso	0	0	0	0	(0)	0	0	(9)	0	0	0	0	0	0	(9)
Sete anos após o aviso	(17)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(17)
Oito anos após o aviso	(4)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(4)
Nove anos após o aviso	0	0	0	0	(6)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(6)
Dez anos após o aviso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Onze anos após o aviso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doze anos após o aviso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Treze anos ou mais após o aviso	(38)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(38)
Posição em 31/12/2025	(10.206)	(1.913)	(4.860)	(6.211)	(3.932)	(3.140)	(2.737)	(10.208)	(6.793)	(7.611)	(26.745)	(30.942)	(23.365)	(22.807)	(161.471)
Variação cambial incorrida															
Total PSL em 31/12/2025 (*)	12	0	0	1	0	0	235	75	940	0	(45)	(1.081)	2.321	18.470	20.929

A Companhia possui prazo definido no contrato de seguro para realizar cobranças dos créditos inadimplentes de seus segurados junto aos respectivos devedores, antes que as indenizações sejam processadas. Essas ações iniciam-se imediatamente após o recebimento dos avisos de sinistros e, a medida que se concretizam, geram reduções ao longo dos anos nos valores das estimativas dos sinistros observados acima.

d) Garantia das provisões técnicas

Provisões técnicas - Seguros (Nota 12b)	31/12/2025	31/12/2024
Exclusões:	457.478	458.811
Ativos de resseguros redutores:		
PPNG (*)	(52.732)	(42.600)
PSL / IBNER	(74.971)	(109.477)
IBNR	(35.301)	(36.850)
PDR	(286)	(259)
Direitos creditórios	(120.321)	(124.815)
Custos de aquisição diferidos	(40.923)	(26.244)
Total	(324.534)	(340.245)
Total a ser coberto	132.944	118.566
Ativos garantidores:		
Renda fixa - públicos (Nota 5a)	181.958	100.462
Quotas de fundos de investimentos (Nota 5a)	28.456	64.761
Total	210.414	165.223
Suficiência de cobertura	77.470	46.657

(*) Considera os ativos redutores referente a parcela de prêmios de resseguro diferidos, líquidos de montantes pendentes de pagamento à contraparte, vencidos e a vencer. **e) Teste de adequação de passivos (TAP):** O TAP foi realizado para os segmentos de risco de crédito interno, crédito à exportação e garantia, que representam a totalidade da carteira da Companhia, e o seu cálculo foi efetuado bruto de resseguro. O programa de resseguro da Companhia para os ramos de crédito prevê, substancialmente, cessão de 50% para negócios gerados localmente e 95% para programas globais, emitidos na modalidade de quota-parte, e cobertura adicional para riscos severos, na modalidade excesso de danos. O resseguro para o ramo garantia prevê cessões entre 90% e 100% do risco, conforme volume de exposição. No que tange as premissas econômicas utilizadas no cálculo do TAP, os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) divulgada pela SUSEP. Para os casos em que o indexador da obrigação é moeda estrangeira, a curva de juros adotada é a cambial e para os fluxos de caixa em reais é utilizada a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco pré-fixada ou IPCA. A taxa IPCA foi adotada para o fluxo de despesas administrativas e impostos, pois não há consideração de inflação no mesmo. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer relativos a contratos vigentes, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. A sinistralidade projetada foi de 66,44% (67,11% em dezembro de 2024) para os ramos de crédito, 20,60% (19,44% em dezembro 2024) para os ramos de garantia e, conforme última alteração da Circular SUSEP, são baseadas nos últimos cinco anos (*) de experiência. O valor presente esperado dos fluxos de caixa relativos a sinistros ocorridos, totalizando R\$ 139.156 (R\$ 161.877 em dezembro de 2024), foi comparado com as provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL e IBNR, no valor de R\$ 151.384 (R\$ 180.174 em dezembro de 2024). O valor presente esperado dos fluxos de caixa relativo a despesas alocáveis a sinistros, totalizando R\$ 301 (R\$ 264 em dezembro de 2024), foi comparado com as provisões de despesas relacionadas - PDR, no valor de R\$ 330 (R\$ 290 em dezembro de 2024). O valor presente esperado dos fluxos relativos a sinistros a ocorrer, relativos a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, totalizando R\$ 135.956 (R\$ 128.831 em dezembro de 2024), foi comparado à PPNG, incluindo a PPNG-RVNE, no valor de R\$ 251.481 (R\$ 231.569 em dezembro de 2024). O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2025, com base nas premissas descritas acima, demonstrou suficiência das provisões técnicas constituídas naquela mesma data-base, no total de R\$ 12.678 (R\$ 18.297 em dezembro de 2024) para os sinistros ocorridos, R\$ 28 (R\$ 26 em dezembro de 2024) para despesas relacionadas a sinistros, e de R\$ 115.525 (R\$ 102.738 em dezembro de 2024) para os sinistros a ocorrer, não indicando a necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC). (*) Ao nos referirmos aos “últimos cinco anos”, adotamos como referência o ano calendário e as informações disponíveis até o momento da análise, que se estendem até novembro de 2025. Dessa forma, o período efetivamente considerado foi de janeiro de 2021 a novembro de 2025, totalizando 59 meses. A mesma lógica foi utilizada para os demais períodos.

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia mensurou seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no exercício corrente aplicando as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 06 (R2). A Companhia identificou apenas um contrato enquadrado como arrendamento, referente ao direito de uso do ativo utilizado para as instalações de seu escritório. O prazo remanescente do contrato é de 21 meses e a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário utilizada na data da adoção foi de 10,7% a.a., com base na consulta junto às instituições financeiras e à informações de mercado divulgadas pelo BACEN, para obtenção da taxa de captação de fundos para aquisição de ativo similar ao presente no contrato de arrendamento. A variação é explicada pela renegociação do contrato por mais 3 anos.

a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:

Ativo de direito de uso	31/12/2025	31/12/2024
Outros valores e bens (imóveis de direito de uso)	624	1.054
Passivo de arrendamento	624	1.054
Circulante (*)	637	969
Não circulante	331	379
	306	590

(*) Durante o exercício de 2025 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 549 (R\$ 573 em dezembro de 2024) relativos aos imóveis arrendados.

b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

Demonstração do resultado	31/12/2025	31/12/2024
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	661	607
Despesas com juros	468	468
	193	139

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos tributários e impostos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL - créditos tributários (a) (b) (c)	5.770	545
IRPJ e CSLL a compensar (a)	214	341
Crédito de PIS e COFINS	144	54
IRPJ e CSLL - créditos tributários - redução ao valor recuperável (a)	-	(463)
Outros créditos tributários e previdenciários	30	20
	<u>6.158</u>	<u>497</u>

(a) No primeiro semestre de 2025 foi concluído estudo sobre os créditos tributários e impostos a compensar da companhia. Com base no resultado foram efetuados ajustes nas rubricas indicadas de modo que os saldos apresentados representem os valores efetivos de realização. (b) No final do exercício de 2025 a Seguradora identificou o montante de R\$ 5.425 de créditos tributários sobre o lucro líquido em períodos anteriores, sendo protocolados junto à Receita Federal do Brasil - RFB na data de 11/12/2025. (c) ao final do exercício de 2024 a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 463 referente a créditos tributários constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido em períodos anteriores para o qual, paralelamente, registrou redução do valor recuperável pelo seu montante integral constituído. A Seguradora possui crédito tributário não registrado no ativo no montante de R\$ 5.558 (R\$ 8.533 em dezembro de 2024), oriundo de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$ 19.125 (R\$ 20.922 em dezembro de 2024). A Companhia compençou o valor de R\$ 5.641 (R\$ 8.710 em dezembro de 2024) com base nos lucros mensais apurados durante o exercício de 2025.

b) Impostos e contribuições

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de IRPJ	14.651	10.235
(-) Antecipações de IRPJ	(14.238)	(9.505)
Provisão de CSLL	8.913	6.221
(-) Antecipações de CSLL	(8.647)	(5.733)
Provisão de IRPJ s/ serviços exterior	111	54
Total IRPJ e CSLL a recolher	791	1.272
PIS	52	71
COFINS	320	437
Total PIS e COFINS a recolher	372	508
Total Geral	1.163	1.780

c) Conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes das adições e exclusões	19.940	23.574
Adições/(exclusões) temporárias:		
Provisão para bônus e participações	1.565	1.367
Provisão para licença e manutenção de softwares (a)	4.853	16.197
Reversão de provisão - exclusões	(13.438)	(14.569)
Variação cambial	267	48
Outros	1.245	936
Total adições/(exclusões) temporárias	(5.508)	3.979
Adições permanentes:		
Despesas com bônus e participações	1.120	1.120
Entidades de classe, donativos e brindes	366	361
Despesas com impostos exercícios anteriores	2.553	-
Total adições/(exclusões) permanentes	4.039	1.481
Base de cálculo		
Compensação de prejuízos fiscais	18.472	29.034
Base de cálculo após compensação de prejuízos fiscais	(5.542)	(8.710)
IRPJ		
Imposto de renda - sobre excedente de R\$ 240	(1.860)	(2.969)
CSLL	(1.269)	(2.008)
CSLL	(1.940)	(3.049)
Total	(5.069)	(8.026)
Taxa efetiva	-39%	-39%

(a) Os valores elencados como “provisão para licença e manutenção de softwares”, referem-se, principalmente, às despesas de tecnologia (desenvolvimento; sustentação; manutenção e help desk) prestadas pelas unidades de negócios da França e Bélgica.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social:** O capital social é de R\$ 58.445 (R\$ 58.445 em dezembro de 2024), representado por 126.872.645 (126.872.645 em dezembro de 2024) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. (b) **Reserva legal:** Conforme artigo 193 da Lei nº

6.404/1976, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O valor calculado da reserva legal para o exercício 2025 é de R\$ 641 (R\$ 777 em dezembro de 2024). (c) **Dividendos propostos:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Os dividendos são refletidos nas demonstrações financeiras quando pagos ou quando sua distribuição é deliberada pelos acionistas. O valor calculado dos dividendos obrigatórios para o exercício de 2025 foi de R\$ 3.048 (R\$ 3.693 em dezembro de 2024) e dos dividendos adicionais é de R\$ 6.704 (0 em dezembro de 2024).

Lucro líquido do exercício	31/12/2025	31/12/2024
(-) Reserva Legal (5%)	12.832	15.549
Lucro base para determinação do dividendo	(641)	(777)
Dividendo obrigatório (25%)	12.191	14.771
Dividendo adicional (55%)	3.048	3.693
Total dividendos propostos	6.704	-
	9.752	3.693

(d) **Reserva de lucros a realizar:** Conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. O valor destinado à reserva de lucros a realizar para o exercício de 2025 é de R\$ 2.439 (R\$ 7.632 em dezembro de 2024).

Lucro/(Prejuízos) acumulados	31/12/2025	31/12/2024
(-) Dividendos propostos (80%)	12.832	12.102
(-) Reserva Legal (5%)	(9.752)	(3.693)
Reserva de lucros a realizar	(641)	(777)
	2.439	7.632

(e) **Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR):** A Resolução CNSP nº 432/2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido (+/-)	69.759	67.038
1. Ajustes contábeis:		
Despesas antecipadas (-)	(37)	(48)
Intangível (-)	(649)	(545)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	69.073	66.445
2. Ajustes econômicos:		
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	15.598	17.799
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2	15.598	17.799
3. Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(299)	(1.399)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	-	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Total	84.372	82.845
3. Capital Mínimo Requerido		
Capital base - CB (I)	15.000	15.000
Capital de risco - CR (II)	30.598	32.799
Capital de risco de subscrição	24.105	23.511
Capital de risco de crédito	6.970	11.015
Capital de risco operacional	2.054	1.881
Capital de risco de mercado	1.031	1.234
Correlação entre os riscos	(3.562)	(4.842)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	30.598	32.799
Suficiência de capital (PLA/CMR)	53.774	50.046

A referida Resolução, dispõe ainda que as sociedades supervisionadas deverão apresentar mensalmente, PLA igual ou superior ao CMR e, a qualquer tempo, suficiência de cobertura de provisões técnicas. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta suficiência do PLA em relação do CMR de 176% (153% em dezembro de 2024).

16. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2025 houve um aumento de 16% nos prêmios ganhos em relação a 31 de dezembro de 2024. O índice de sinistralidade, que considera os sinistros ocorridos em relação aos prêmios ganhos ficou em 34% (55% em 31 de dezembro de 2024). Já o índice de comercialização, que considera os custos de aquisição sobre os prêmios ganhos ficou em 13% (13% em 31 de dezembro de 2024).

	Prêmio Ganho		Sinistro		%	Custo aquisição		%
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	
Crédito interno	213.112	182.621	(92.473)	(131.413)	43,4%	(25.825)	(21.518)	12,1%
Crédito exportação	26.703	24.710	(5.221)	(4.344)	19,6%	(2.769)	(2.700)	10,4%
Garantia	50.576	41.958	(940)	(1.654)	1,9%	(10.576)	(8.260)	20,9%
Total	290.391	249.289	(98.634)	(137.411)	34,0%	(39.170)	(32.478)	13,5%

continuação

Companhia brasileira. A remuneração paga aos Administradores, contabilizada na rubrica “Despesas administrativas”, totaliza R\$ 2.183 (R\$ 1.562 em dezembro de 2024) e compreende, substancialmente, benefícios de curto prazo relacionados a honorários. A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Companhia mantém contratos de resseguro na modalidade quota parte e excesso de danos com a Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A., empresa do Grupo Allianz e com a Euler Hermes North America Insurance Company na modalidade quota parte, empresas do grupo Allianz. A Companhia ainda compartilha infra-estrutura de tecnologia (manutenção e desenvolvimento) e comunicação com as empresas Euler Hermes Tech SAS - França e Euler Hermes SA - Bélgica, ambas integrantes do Grupo Allianz Trade, que atribui os custos incorridos de acordo com critérios técnicos acordados. Os seguros patrimoniais, vida em grupo e automóvel são contratados junto à Allianz Seguros S.A., integrante do Grupo Allianz. As transações com partes relacionadas estão assim apresentadas:

ATIVO	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	283.292	358.226
Crédito das operações de seguros e resseguros	211.129	297.224
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. (a)	18.743	65.474
Allianz Seguros S.A.	18.310	65.195
Ativos de resseguro - provisões técnicas	433	279
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	192.386	231.750
Ativo não circulante	72.163	61.002
Ativos de resseguro - provisões técnicas	72.163	61.002
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	72.163	61.002
PASSIVO	216.330	262.360
Passivo circulante	212.226	254.535
Obrigações a pagar	7.164	4.985
Euler Hermes Group	6.469	4.549
Allianz Seguros S.A.	695	436
Operações com resseguradoras	205.062	249.550
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	245.341	270.332

Euler Hermes North America Insurance Company	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante	(40.279)	(20.782)
Obrigações a pagar	4.104	7.825
Allianz Seguros S.A.	306	590
Operações com resseguradoras	306	590
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	3.798	7.235
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	3.798	7.235
Resultado	31/12/2025	31/12/2024
Receita com resseguro	(122.227)	(80.756)
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. (a)	76.677	136.340
Euler Hermes North America Insurance Company	53.653	131.997
Despesa com resseguro	23.024	4.343
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	(165.790)	(167.038)
Euler Hermes North America Insurance Company	(161.434)	(162.924)
Salvados e Ressarcimentos	(4.356)	(4.114)
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. (b)	(9.256)	(34.299)
Despesas administrativas	(9.256)	(34.299)
Euler Hermes Group	(23.858)	(15.758)
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	(23.770)	(15.786)
Allianz Seguros	(154)	(94)
(a) Movimentação da respectiva rubrica está diretamente relacionada com a recuperação de indenização no final do exercício de 2024, oriundo de sinistro ocorrido em empresa de grande porte do agronegócio nacional. (b) O comportamento da respectiva rubrica para o período de 2024 refere-se, principalmente, ao ressarcimento à resseguradora do adiantamento de resseguro (cash call), oriundo da ocorrência de sinistro de grande porte do varejo nacional no ano de 2023.	66	122

(a) Movimentação da respectiva rubrica está diretamente relacionada com a recuperação de indenização no final do exercício de 2024, oriundo de sinistro ocorrido em empresa de grande porte do agronegócio nacional. (b) O comportamento da respectiva rubrica para o período de 2024 refere-se, principalmente, ao ressarcimento à resseguradora do adiantamento de resseguro (cash call), oriundo da ocorrência de sinistro de grande porte do varejo nacional no ano de 2023.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES
Não houve evento subsequente após 31 de dezembro de 2025 até a data da aprovação das Demonstrações Financeiras.

Diretor Presidente	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	RESPONSÁVEIS TÉCNICOS
Marcel Santos Farbelow	Felipe Tanus Miguel José Filipe Reis Araujo	Renato Goulart da Costa Contador - CRC RJ-080827/O
	Luciano Antonio Mendonça Tatiana Pinheiro	Isabella Silva de Oliveira Atuário - MIBA 1138

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Sr. Diretor Presidente e Srs. Acionistas, O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da **Euler Hermes Seguros S.A.** (“Companhia”), instituído nos termos do art. 126 da Resolução nº 432/21 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, é composto por 3 (três) membros e atua em conformidade com o estatuto social da Companhia e com o seu regimento interno aprovado pela Administração. Compete ao Comitê apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de *compliance*. A auditoria contábil independente, a cargo da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação às normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como

em relação às normas internacionais. A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e aos procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia. O Comitê atua, principalmente, por meio da realização de reuniões periódicas e/ou extraordinárias, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações e documentos recebidos da Administração, dos gestores das áreas de contabilidade e de finanças, dos atuarias terceirizados, dos auditores contábeis e dos auditores atuariais independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*, dentre outras áreas, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu com os auditores contábeis e atuariais independentes, e com os auditores internos, um canal regular de comunicação tendo tomado ciência dos plano de trabalhos, dos trabalhos realizados e dos seus resultados, e avaliou a aderência dos referidos auditores às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas. O Comitê avaliou o processo de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores contábeis independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as

informações divulgadas. O Comitê manteve reuniões com o Diretor Presidente e outros executivos, e nessas reuniões, tomou conhecimento do plano de negócio, das principais características e desafios da operação, dos principais fluxos operacionais, das revisões de *compliance* e das atividades de gestão de riscos, alinhados ao plano estratégico da Companhia. O Comitê não teve conhecimento de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. A partir de 01/01/2026, por decisão da Administração, em reunião de Diretoria realizada em 18/12/2025, o Comitê passou a exercer as atribuições do Comitê de Riscos, nos termos do § 2º do art. 21 da Resolução CNSP nº 416/21. Consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, na forma descrita acima, o Comitê considera que as demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pela Administração da Companhia.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.
David Soares dos Santos
João Antônio Chiappa
Luiz Pereira de Souza

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Euler Hermes Seguros S.A.
São Paulo - SP

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. (“Companhia”), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Euler Hermes Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Euler Hermes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das Provisões Técnicas de seguros (Notas 3(i) e 12)	Realizamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, efetuamos avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração dessas provisões técnicas e do TAP, tais como a construção e triângulos e os fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e taxa de desconto. Nossos procedimentos incluíram também o recálculo e a confirmação de que as metodologias foram corretamente implementadas, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG-RVNE, IBNR e IBNeR. Adicionalmente, efetuamos testes de reconciliação das bases de dados dos prêmios emitidos e sinistros avisados, utilizadas no cálculo das provisões técnicas, com os respectivos saldos contábeis, bem como efetuamos testes de consistência históricos. Ainda, quanto às bases de dados citadas anteriormente, efetuamos testes amostrais, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas adotadas pela Administração para a mensuração das provisões técnicas são apropriadas e consistentes com a divulgação em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Anexo

Demonstrativos do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

1. Demonstrativo dos limites de retenção

748, 749, 775, 776, 819, 860

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

31/12/2025	31/12/2024
4.505	4.297



Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5